PORTARIA N.º 8249/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Procurador de Justiça SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA para, com fundamento no art. 56, IX da Lei n.º 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, representar o Procurador Geral de Justiça e tomar as providências que entender cabíveis na audiência referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 0007752-03.2016.8.14.0000, que será realizada no dia 13 de novembro de 2018, às 13h, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sito à Av. Almirante Barroso, n.º 3089, Edifício Sede.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de novembro de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 383302

PORTARIA N.º 8294/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a decisão desta Procuradoria-geral de Justiça em sede de conflito negativo de atribuições suscitado pela 3ª Promotoria de Justiça de Itaituba, tendo por suscitada a Promotoria de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária, no qual se decidiu que as atribuições persecutórias para os crimes contra a ordem tributária seriam, em qualquer caso e hipótese, dos dois Promotores de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária de Belém (Notícia de Fato nº 000694-101/2017), nos termos do art. 7º, da Resolução nº 20/2013-CPJ, de 24/10/2013 (com Redação dada pela Resolução nº 010/2016-cnj, de 10/08/2016);

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Ofício nº 270/2018-MP/PJCCOT, datado de 06/06/2018, assinado conjuntamente pelos 1º e 2º Promotores de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária, respectivamente, Dr. Francisco de Assis Santos Lauzid e Dra. Márcia Beatriz Reis Souza;

CONSIDERANDO, por fim, a iminência da prescrição da pretensão punitiva do Estado para os referidos delitos e o irreparável dano produzido ao erário estadual caso isso ocorra,

R E S O L V E:

DETERMINAR a atuação conjunta da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/Pará e dos 1º e 2º Promotores de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária de Belém, podendo os Promotores de Justiça, para a prática de todo e qualquer ato processual, atuar em conjunto ou separadamente.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de novembro de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 383273

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**(PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL CONFORME****ART. 15, §2º DA LEI Nº 8.666/93)****Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 027/2018-MP/PA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO 001/2018-MP/PA**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e AIDC TECNOLOGIA LTDA, (CNPJ/MF sob nº 07.500.596/0001-38)

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Leitor Óptico de código de barras

Data da Assinatura: 21/05/2018

Vigência: 22/05/2018 a 21/05/2019

Preços Registrados:

Cota Principal do item 01 – 75% da sua quantidade original – participação aberta					
ITEM	Especificações	Unidade	Marca / Modelo	Quantidade Estimada	Preço Unitário
		UN	NEWLAND / HR1250-90	225	124,50
01	LEITOR ÓPTICO DE CÓDIGO DE BARRA LEITOR ÓPTICO DE CÓDIGO DE BARRA - TECNOLOGIA LASER; - RESOLUÇÃO DO SENSOR ÓPTICO: RESOLUÇÃO DE, NO MÍNIMO, 2500 PIXELS, QUANDO APLICÁVEL; - FONTE DE LUZ: LASER VISÍVEL DE, NO MÍNIMO, 610 NM; - INDICADOR SONORO DE LEITURA; CONEXÃO COM O MICROCOMPUTADOR VIA PORTA (INTERFACE) USB; - CABO PARA CONEXÃO AO MICROCOMPUTADOR, COM CUMPRIMENTO MÍNIMO DE 1 (UM) METRO; - VELOCIDADE DE LEITURA DE, NO MÍNIMO, 150 SCANS (LINHAS) POR SEGUNDO; - CAPACIDADE DE DECODIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS (mínimo): UPC/EAN, UPC/EAN COM COMPLEMENTOS, UCC/EAN 128, CÓDIGO 11, CÓDIGO 39, CÓDIGO 128, CODABAR, INTERCALADO 2 DE 5, DISCRETO 2 DE 5 E CÓDIGO 93; - RESISTÊNCIA A QUEDAS DE 1,5 (UM E MEIO) METRO SOBRE SUPERFÍCIE DE CONCRETO; - COMPATÍVEL COM A TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; - ACOMPANHADO DE TODOS OS MANUAIS E SOFTWARES DE CONFIGURAÇÃO; - ACOMPANHADO DE DRIVERS PARA FUNCIONAMENTO EM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 OU SUPERIOR				

Ordenador Responsável: Cândida de Jesus Ribeiro Nascimento

Endereço da Contratada: Avenida Poços de Caldas, nº 148, no Município de Itajubá - Minas Gerais, CEP: 37.504-110 Telefones (35) 36297550 / 36221672, E-mail: governo@primeinterway.com.br

Protocolo: 315040

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Procedimento Administrativo nº 000236-440/2018

Instauração: 31/10/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua;

Origem: acompanhar de forma continuada o cumprimento de TAC homologado junto ao Ministério Público Estadual, a tratar de resíduos sólidos;

Objeto: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a atuação do poder público quanto à realização de manutenção por parte das Secretarias competentes quanto à resolução da demanda ora posta.

Ananindeua-PA, 31 de outubro de 2018.

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 383398

Extrato da Portaria nº 022/2018-MP/1ºPJM

A Promotora de Justiça titular do 1º Cargo de Marituba, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da Resolução nº 023/2007 do CNMP de 17/09/2006, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 022/2018-MP/1ºPJM que se encontra em trâmite na Promotoria de Justiça de Marituba, com sede na Rua Cláudio Barbosa da Silva nº 380, Marituba, Pará.

Portaria nº 022/2018-MP/1ºPJM

Objeto: Procedimento Administrativo instaurado para promover a apuração do contido na Notícia de Fato nº 069/18-DI, instaurada no dia 05/11/2018, acerca da necessidade de leito para tratamento em Hospital Especializado para o idoso Francisco de Souza Soares, de 67 anos de idade, que foi diagnosticado com insuficiência renal aguda, CID: N17.9. Léa Cristina Mouzinho da Rocha (1ª PJM).

Protocolo: 383195

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**(PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL****CONFORME ART. 15, §2º DA LEI Nº 8.666/93)****Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 028/2018-MP/PA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO 001/2018-MP/PA**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI – EPP, (CNPJ/MF sob nº 22.416.068/0001-99)

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Leitor Óptico de código de barras

Data da Assinatura: 21/05/2018

Vigência: 22/05/2018 a 21/05/2019

Preços Registrados:

Cota Reservada do item 01 – 25% da sua quantidade original – participação exclusiva ME/EPP					
ITEM	Especificações	Unidade	Marca / Modelo	Quantidade Estimada	Preço Unitário
		UN	BARCODETECH / BT900	75	162,55
02	LEITOR ÓPTICO DE CÓDIGO DE BARRA - TECNOLOGIA LASER; - RESOLUÇÃO DO SENSOR ÓPTICO: RESOLUÇÃO DE, NO MÍNIMO, 2500 PIXELS, QUANDO APLICÁVEL; - FONTE DE LUZ: LASER VISÍVEL DE, NO MÍNIMO, 610 NM; - INDICADOR SONORO DE LEITURA; - CONEXÃO COM O MICROCOMPUTADOR VIA PORTA (INTERFACE) USB; - CABO PARA CONEXÃO AO MICROCOMPUTADOR, COM CUMPRIMENTO MÍNIMO DE 1 (UM) METRO; - VELOCIDADE DE LEITURA DE, NO MÍNIMO, 150 SCANS (LINHAS) POR SEGUNDO; - CAPACIDADE DE DECODIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS (mínimo): UPC/EAN, UPC/EAN COM COMPLEMENTOS, UCC/EAN 128, CÓDIGO 11, CÓDIGO 39, CÓDIGO 128, CODABAR, INTERCALADO 2 DE 5, DISCRETO 2 DE 5 E CÓDIGO 93; - RESISTÊNCIA A QUEDAS DE 1,5 (UM E MEIO) METRO SOBRE SUPERFÍCIE DE CONCRETO; - COMPATÍVEL COM A TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; - ACOMPANHADO DE TODOS OS MANUAIS E SOFTWARES DE CONFIGURAÇÃO; - ACOMPANHADO DE DRIVERS PARA FUNCIONAMENTO EM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 OU SUPERIOR				

Ordenador Responsável: Cândida de Jesus Ribeiro Nascimento
Endereço da Contratada: Rua Américo Brasiliense, nº 1827, 1º andar, sala 02, Bairro Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo – SP, CEP 04.715-005, Telefone (11) 2368-0357, E-mail governo@cmkautomacao.com.br

Protocolo: 315053

EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2018-MP/1ªPJC

A Promotora de Justiça de Capanema, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 007/2018-MP/1ªPJC que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Capanema, situada na Av. Barão de Capanema, nº 1188, Bairro Centro, CEP: 68.700-005, Capanema – Pará – Fone/Fax: (91) 3462-2442.

Portaria nº 007/2018-MP/1ªPJC

Interessado: O Município de Capanema; A Coletividade.

Assunto: Acompanhar o Projeto “Adote o Amor” cujo o tema é a “EXIGIBILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATENDIMENTOS PARA MORADORES DE RUAS”.

Protocolo: 383180

PORTARIA Nº 003/2018 - MP/PJPAC

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PACAJÁ torna pública a instauração do procedimento administrativo abaixo indicado, que se encontra à disposição na Rua São Pedro, 511, Centro, município de Pacajá/PA.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 003/2018 – MP/PJPAC

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 57.

Interessado(s):

MUNICÍPIO DE PACAJÁ;

Objeto de Investigação: “apurar irregularidades na obra de asfaltamento do trecho urbano da cidade de Pacajá/PA.”

Pacajá/PA, 14 de novembro de 2018.

GERSON ALBERTO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

Protocolo: 383390

EXTRATO DA ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2018**(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 – art. 15, § 1º)**

DATA E HORA – 13.11.2018, das 10:23h às 15:43h.

LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. PRESENTES – Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, Presidente do Conselho Superior, Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício, Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, Dr. LUIZ CÉSAR TAVARES BIBAS e Dr. GERALDO DE MENDONÇA ROCHA. JUSTIFICATIVA DE FALTAS: Não houve faltas a justificar.

PALAVRA FACULTADA: O Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, pediu a palavra para registrar o falecimento do Professor Dr. João Paulo Mendes, fundador do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, e propôs que o Conselho Superior remeta nota de pesar à família do referido do professor e ao CESUPA. O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, acatou a proposta do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício. DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

1. Apreciação da Ata da 19ª Sessão Ordinária, realizada em 18/10/2018.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a Ata da 19ª Sessão Ordinária, realizada em 18/10/2018.

2. Julgamento de Certames:

2.1. Julgamento de Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 3º PJ DE TUCURUÍ, pelo critério de MERECIMENTO - ED-041/2018 - Processo nº 046/2018/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos Promotores de Justiça abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 e 90 c/c art. 98 da LCE nº 057/2006:

RUI BARBOSA LAMIM
ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR
LUIZ DA SILVA SOUZA
FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA
ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA
JOSIEL GOMES DA SILVA
VANESSA GALVÃO HERCULANO
CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, considerando que se encontram em quintas partes da lista de antiguidade, subseqüentes:

GABRIELA RIOS MACHADO
JOSÉ ALBERTO GRISI DANTAS
PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN
FLÁVIA MIRANDA FERREIRA MECCHI
EMERSON COSTA DE OLIVEIRA

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP,